



Serie Informes/País



Mujer Rural y
Derecho a la Tierra
AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

SITUAÇÃO DA MULHER RURAL NO BRASIL

Relatório elaborado por:
Espaço Feminista

■ APRESENTAÇÃO

De um modo geral, podemos afirmar que estão ocorrendo mudanças profundas na situação das mulheres rurais no Brasil. No que diz respeito à população, nas faixas etárias menores, os homens são maioria, mas, depois dos 25 anos, as mulheres aparecem com uma vantagem cada vez maior, devido à alta taxa de mortalidade entre os homens mais jovens. No entanto, na área rural há menos mulheres, por causa de uma migração seletiva, com um fluxo predominante de jovens mais escolarizados e do sexo feminino para áreas urbanas. Apesar de as mulheres terem uma maior escolaridade em média, a renda média feminina é menor do que a dos homens em todas as regiões brasileiras. Entre 2006 e 2009, houve uma diminuição da presença das mulheres nas ocupações agrícolas, fato que possivelmente indica o direcionamento crescente

das mulheres para ocupações que exigem maior escolaridade. Com relação à propriedade das terras, as mulheres são aproximadamente 12% dos proprietários, mas possuem apenas 5,5% da área de terras do país. A principal ocupação das mulheres nas atividades agrícolas é na agricultura familiar. No que diz respeito a questões de raça e etnia, poucos são os dados disponíveis, dado que o IBGE cortou essa parte do questionário. Esses dados foram colhidos apenas durante os governos PT, e indicam que as mulheres têm uma maior tendência a se declararem brancas do que os homens. Quanto à cobertura de saúde, a grande maioria das pessoas da zona rural não tem nenhum plano; dependem do Sistema Único de Saúde, SUS, que tem cobertura teoricamente universal, mas na prática não consegue atender a demanda da população. A taxa de fecundidade da área rural

tem se aproximado dos patamares da área urbana, ambas em queda acentuada. Aqui, mais uma vez, percebe-se a influência da elevação do nível de instrução das mulheres nas últimas décadas, levando a uma maior autonomia de decisão e planejamento familiar, assim como da capacidade para administrar os métodos anticoncepcionais. A participação das mulheres em sindicatos e movimentos sociais aumentou muito, mas ainda encontra muita dificuldade em ocupar cargos de direção. O espaço do poder e da política partidária é ainda mais resistente à participação das mulheres, e é talvez o espaço mais difícil para vencer as barreiras do patriarcado. Apesar da existência de uma lei de cotas para a candidatura de mulheres para vereadora, apenas 14% dos vereadores do Brasil são mulheres.

Os direitos das mulheres aumentaram bastante, mas o processo de conquista da autonomia e o empoderamento, na prática, são muito lentos, ainda mais nas áreas rurais. O grande agente alavancador desse processo tem sido claramente a ampliação do acesso à educação, o qual influencia positivamente todos os aspectos da vida: financeiro, profissional, de saúde, entre outros. É por esse caminho que as mulheres têm encontrado a saída para uma vida mais digna e autônoma. Mas a caminhada mal começou.

As estatísticas sobre a população brasileira estão relativamente desatualizadas, como consequência dos cortes no orçamento de institutos de pesquisa, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

No entanto, de uma forma geral, os dados mostram que as mulheres são a maioria da população, com um percentual um pouco acima dos homens. Conforme a tabela 1 abaixo, as mulheres representam 51,6% da população contra 48,4% de homens, segundo projeções do IBGE. Essa tendência já vem sendo observada nas últimas décadas. Segundo o IBGE, o Censo de 2010 mostrava que havia **96 homens para cada 100 mulheres**. Em 2000, havia 97 homens para 100 mulheres. No entanto, na década entre 2000 e 2010, a população brasileira ficou com um homem a menos para cada grupo de 100 mulheres. A região Norte era a única que apresentava um número de homens superior ao de mulheres em sua composição populacional, em 2010.

Tabela 1

POPULAÇÃO ESTIMADA POR SEXO – BRASIL - 2017

Sexo	População (mil pessoas)	Percentual %
Total	206 883	100
Homens	100 034	48,4
Mulheres	106 848	51,6

Fonte: IBGE, 2º trimestre de 2017 (projeção).

MULHERES NO MUNDO RURAL

A análise dos dados da população brasileira por sexo e faixas etárias demonstra que, apesar do número maior de mulheres no cômputo geral, nas faixas de “0 a 4” até “20 a 24”, os homens são maioria. A partir daí, as mulheres aparecem com uma vantagem cada vez maior, devido à alta taxa de mortalidade entre os homens mais jovens.

Tabela 2
POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO - BRASIL - 2010

Total	Homens	Mulheres	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO					
			URBANA			RURAL		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
190.755.799	93.406.990	97.348.809	160.925.804	77.710.179	83.215.625	29.829.995	15.696.811	14.133.184

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Enquanto na população urbana as mulheres são maioria, na população rural ocorre o contrário. Este dado indica uma provável e maior migração feminina para as cidades. Segundo recentes estudos de população, está ocorrendo uma migração seletiva nas áreas rurais, por parte de jovens mais escolarizados e do sexo feminino, principalmente, o qual intensifica o processo de envelhecimento e a masculinização da população rural.

As nossas filhas já não querem mais ficar no campo, preferem ir morar na cidade onde tem mais oportunidade de trabalho. Isso é muito

triste para a gente, pois a gente luta e conquista a terra pensando nos nossos filhos, mas falta política pública voltada para a juventude rural, especialmente as jovens

(Josefa Araújo ou baixinha, Bonito 2017).

A ocorrência de mulheres responsáveis pelo domicílio é semelhante nas várias regiões do país, variando de 16,6 % no norte a 19,5 % no Sudeste, sendo menor apenas na região Centro-Oeste (12,7 %). Na área rural, em geral, é de 18 % e de 36,3 % nas áreas urbanas, de acordo com a Pnad 2009.

Tabela 3
DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS POR SEXO, SEGUNDO LOCAL DE RESIDÊNCIA BRASIL E GRANDES REGIÕES 2009 (EM%)

Brasil e Grandes Regiões	URBANA			RURAL		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Norte	63,3	36,7	100,0	83,4	16,6	100,0
Nordeste	62,5	37,5	100,0	81,4	18,6	100,0
Sudeste	64,2	35,8	100,0	80,5	19,5	100,0
Sul	65,1	34,9	100,0	82,3	17,7	100,0
Centro-Oeste	62,4	37,6	100,0	87,3	12,7	100,0
BRASIL	63,7	36,3	100,0	82,0	18,0	100,0

Fonte: IBGE, Pnad.
Elaboração: DIEESE.

O rendimento médio das mulheres é inferior ao dos homens em todas as regiões do país, ao redor de 50 %, sendo ainda menor na zona rural. O Nordeste, apesar de ser uma das regiões mais pobres, é a que apresenta a melhor proporção do rendimento das mulheres em relação aos homens, tanto na área urbana como na rural.

Tabela 4

**RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, SEGUNDO LOCAL DE RESIDÊNCIA E SEXO
BRASIL E GRANDES REGIÕES 2009 (EM%)**

Brasil e Grandes Regiões	URBANA			RURAL		
	Homens	Mulheres	Proporção do rendimento das mulheres em relação ao dos homens (%)	Homens	Mulheres	Proporção do rendimento das mulheres em relação ao dos homens (%)
Norte	764	443	58,0	503	221	43,9
Nordeste	701	429	61,2	305	205	67,2
Sudeste	1.190	656	55,2	613	311	50,8
Sul	1.259	695	55,2	817	347	42,5
Centro-Oeste	1.253	680	54,3	718	262	36,4
BRASIL	1.057	593	56,1	495	255	51,4

Fonte: IBGE, Pnad.

Elaboração: DIEESE.

Obs.: a) Foram excluídas as pessoas sem declaração de rendimento

b) Rendimento de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais

c) Valores em R\$ de setembro de 2009

MULHERES PRODUTORAS

Em relação ao pessoal ocupado, de acordo com o Censo agropecuário de 2006, as mulheres representavam 30,5 do total, em estabelecimentos agropecuários.

Tabela 5

PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS EM 31/12, TOTAL E DE 14 ANOS E MAIS, POR SEXO E CLASSES DE IDADE DO PRODUTOR
VARIÁVEL - PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS EM 31/12 - PERCENTUAL DO TOTAL GERAL

Brasil		
Ano - 2006		
Classe de idade do produtor	Sexo	
	Homens	Mulheres
Total	69,5	30,5
Menor de 25 anos	1,76	0,79
De 25 a menos de 35 anos	8,26	3,91
De 35 a menos de 45 anos	15,63	7,24
De 45 a menos de 55 anos	17,66	7,64
De 55 a menos de 65 anos	14,4	6,12
De 65 anos e mais	11,8	4,79

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Entre 2006 e 2009, a tendência das mulheres a não se ocupar de atividades agrícolas se acentuou, possivelmente por causa de uma transição das mulheres para ocupações que exigem maior escolaridade, já que o percentual dos homens caiu apenas 5,8 % enquanto o das mulheres, 15,3 %.

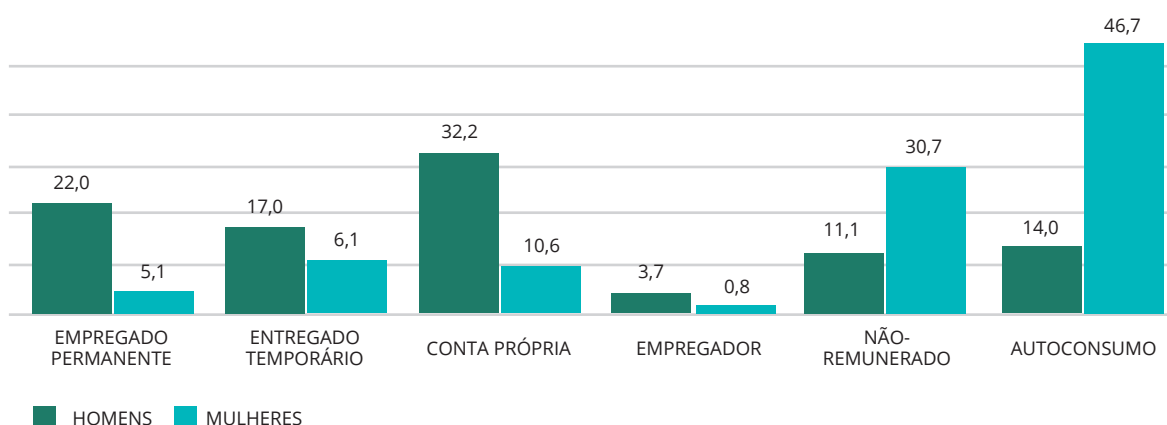
■ Tabela 6
**VARIAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS POR SEXO
BRASIL 2006-2009 (EM 1.000 PESSOAS)**

Sexo	2006	2009	Varição (em%)
Homens	11.566	10.892	-5,8
Mulheres	5.692	4.822	-15,3
Total	17.258	15.715	-8,9

Fonte: IBGE, Pnad.
Elaboração: DIEESE.

O gráfico 1 confirma o que foi dito anteriormente: nas categorias “não remunerado” e “autoconsumo”, as mulheres são a grande maioria, enquanto os homens são a maioria dos empregados e até dos que trabalham “por conta própria”.

■ Gráfico 1
**DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL OCUPADO NO AGROPECUÁRIA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO,
SEGUNDO SEXO - BRASIL 2009 (EM %)**



Fonte: IBGE, Pnad.
Elaboração: DIEESE.

MULHERES PROPRIETÁRIAS DE TERRAS

No Censo de 2006, as mulheres representavam aproximadamente 12 % das pessoas proprietárias de terras. Entre os indivíduos não proprietários, tais como assentados e arrendatários, os percentuais são ainda menores. Se considerarmos a área da propriedade, as mulheres possuem apenas 5,5 % das terras. No Brasil, a desigualdade de gênero sobre a propriedade das terras é mais uma das faces da extrema e crescente concentração fundiária nas mãos de poucos, desde os tempos coloniais. De acordo com dados do INCRA, entre os anos de 2003 e 2010, diminuiu o número de minifúndios, pequenas e médias propriedades, enquanto aumentou o número de grandes propriedades.

Tabela 7

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR CONDIÇÃO LEGAL DO PRODUTOR EM RELAÇÃO ÀS TERRAS, SEXO DO PRODUTOR E CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO ÀS TERRAS

VARIÁVEL - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - PERCENTUAL DO TOTAL GERAL						
BRASIL						
ANO - 2006						
Condição do produtor	Sexo do produtor x Condição legal do produtor					
	Total		Masculino		Feminino	
	Total	Proprietário individual	Total	Proprietário individual	Total	Proprietário individual
Total	100	95,68	100	95,68	100	95,68
Proprietário	76,25	73,38	76,25	73,38	76,25	73,38
Assentado s/ titulação definitiva	3,66	3,46	3,66	3,46	3,66	3,46
Arrendatário	4,45	4,13	4,45	4,13	4,45	4,13
Parceiro	2,75	2,47	2,75	2,47	2,75	2,47
Ocupante	7,97	7,53	7,97	7,53	7,97	7,53
Produtor sem área	4,93	4,71	4,93	4,71	4,93	4,71

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

■ CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES RURAIS NA ECONOMIA LOCAL E/OU NACIONAL

As mulheres ocupam-se mais significativamente da agricultura familiar (25,05 %) do que da não familiar (5,45 %). O percentual menor que o dos homens na agricultura familiar (49,33) não deve encobrir a contribuição mais ampla da mulher para o sistema. A grande diversidade de atividades não agrícolas acumuladas pelas mulheres na reprodução do sistema pode levar a estatística a invisibilizar sua importância e seu complexo modo de trabalho - a pluriatividade.

Olha, aqui a gente planta um pouco de tudo, tem horta, tem animais, fruteiras... tem de tudo um pouco. A gente alimenta a nossa família e o que sobra a gente vende para cobrir as outras necessidades nossas e dos filhos. Já os homens não, eles só querem plantar uma coisa - como a cana. A gente não, a gente cuida de tudo e planta sem usar agrotóxicos

(Marilene Ferreira da Silva, Tracunhaém 2014).



■ VARIÁVEIS ÉTNICAS

O corte de gastos do governo federal atingiu o IBGE, encolhendo o questionário e adiando o censo agropecuário de 2015. Questões sobre agricultura familiar e raça foram cortadas do questionário, prejudicando irremediavelmente a série histórica destes temas.

De acordo com a análise do IBGE dos dados dos Censos 2000/2010, "ao se analisar a razão de sexo por cor ou raça declarada, percebe-se que houve maior proporção de mulheres que se declararam brancas em relação aos homens (92,0 homens para cada 100 mulheres), enquanto, para aqueles que se declararam pretos ou pardos, há equilíbrio, com razão de sexo igual a 100,0. Valores inferiores a 100,0 na razão de sexo, ou seja, quando há maioria de mulheres na população, estão relacionados principalmente com o

envelhecimento da população ou com o diferencial por sexo na migração. Assim, uma vez que a distribuição etária das pessoas de cor ou raça preta ou parda é mais jovem que a de brancas, é de se esperar que a razão de sexo de pretos ou pardos seja mesmo mais alta que a de brancos" (IBGE, 2010).

Tabela 8

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SEXO, SEGUNDO A COR OU RAÇA - BRASIL - 2000/2010

COR OU RAÇA	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (%)					
	SEXO					
	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	53,7	47,5	52,4	46,5	55,0	48,5
Preta	6,2	7,5	6,6	8,0	5,9	7,1
Amarela	0,4	1,1	0,4	1,0	0,5	1,2
Parda	38,5	43,4	39,4	44,1	37,5	42,8
Indígena	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Sem declaração	0,7	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

De acordo com dados do Observatório da Mulher contra a Violência, entre 2006 e 2014, enquanto a violência letal contra mulheres brancas foi reduzida 3 %, em média, no mesmo período, a taxa de homicídios de mulheres pretas e pardas aumentou, em média, 20 %. Como resultado da discriminação racial somada à de gênero, as mulheres negras apresentam sempre os índices mais negativos nas mais diversas áreas.

■ ACESSO À EDUCAÇÃO

De um modo geral, as mulheres rurais apresentam mais anos de estudo em relação aos homens. Os homens superam as mulheres nas faixas inferiores de anos estudo, até 6 anos. No entanto, é importante frisar que, na faixa etária correspondente a esta escolaridade, os homens são a maioria da população como um todo. Os homens são a maioria das pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais. A partir do ensino médio, as mulheres são maioria, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

Mais do que a demanda por acesso ao sistema educacional, as mulheres rurais organizadas em movimento demandam uma educação inclusiva, de forma a transformar e não reproduzir os padrões de desigualdade entre homens e mulheres. Trata-se de garantir

uma educação não sexista, baseada em uma perspectiva de equidade, que questione privilégios e hierarquias institucionalizadas e promova a autonomia e a justiça social (Marcha Das Margaridas, 2011).

A demanda por uma educação não sexista, que trate da equidade de gênero de forma transversal fortalece-se na agenda dos movimentos de mulheres no Brasil na conjuntura atual, frente aos ataques sofridos nesse sentido por parte dos movimentos conservadores, que têm articulado ações em bloco no âmbito das políticas públicas, sobretudo nos legislativos municipais, a fim de censurar qualquer discussão sobre o tema (Zanatta et al., 2016).

■ COBERTURA DE SAÚDE

Nas áreas rurais, 93,6 % das pessoas não têm cobertura de plano de saúde. Essa parte da população é atendida pelo SUS, o qual, infelizmente, não dá conta da demanda, gerando uma situação trágica, tanto nas cidades quanto no campo.

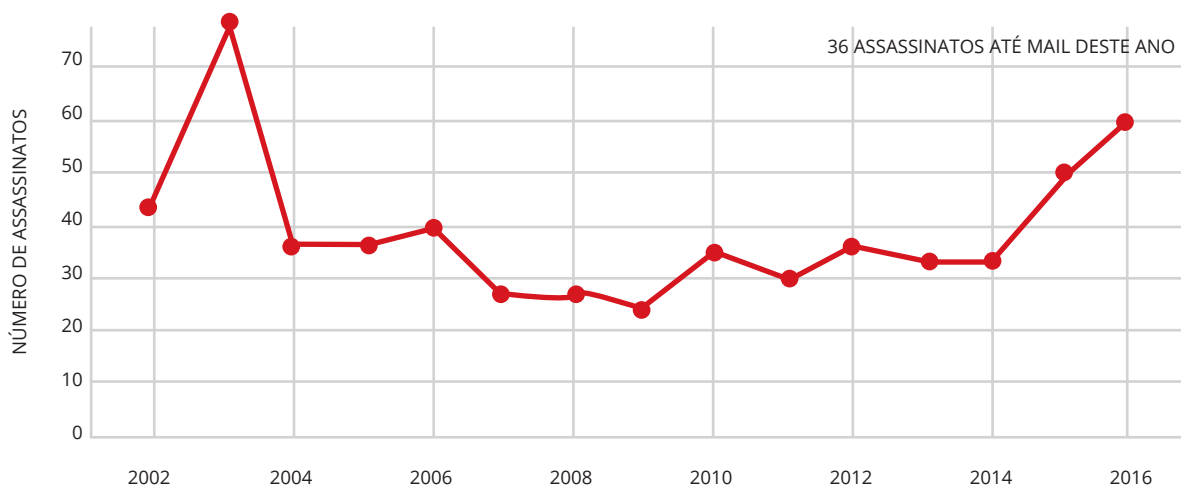
A taxa de fecundidade no Brasil tem caído sistematicamente – no ano 2000 era 2,39 e, em 2015, a projeção indica que estava em 1,72. A taxa das áreas rurais tem se aproximado cada vez mais dos patamares das áreas urbanas. O maior acesso das mulheres à educação é um dos fatores determinantes dessa diminuição.



■ VIOLÊNCIA NO CAMPO

O ano de 2016 havia entrado para a história recente como o que registrou o maior número de mortes por disputas no campo, nos últimos 13 anos. No entanto, até maio de 2017, 36 trabalhadores rurais foram assassinados. O gráfico a seguir mostra a escalada da violência nos últimos anos no Brasil.

■ Gráfico 2
ASSASSINATOS EM CONFLITOS NO CAMPO: BRASIL 2002- 2017



Fonte: Comissão Pastoral de Terra

As estatísticas sobre violência doméstica no Brasil também revelam uma situação extremamente grave que piora a cada ano. Este problema é potencialmente maior nas áreas rurais, onde não somente há maior discriminação de gênero, como menor acesso à proteção do poder público por parte das mulheres, muitas vezes isoladas e agredidas sem testemunhas. Um agravante para esse problema é o alcoolismo, fator que está frequentemente presente nos casos de violência doméstica.

Em audiência pública do Congresso Nacional em 2016, foram apresentados dados da pesquisa divulgada pela Contag em 2008, com base em entrevistas com 529 mulheres rurais de todo o País. Os dados indicavam que 55,2 % das entrevistadas haviam sofrido algum tipo de violência. Dentre estas, 21,9 % sofreram violência física, 51,1 % violência moral, 27,3 % violência sexual; 27,6 % haviam sido ameaçadas de morte, 11,9 % foram estupradas pelo marido e 4,3 % foram vítimas de cárcere. A pesquisa mostrou ainda que 63,7% das violências domésticas foram praticadas pelos maridos ou companheiros das vítimas. Estes índices alarmantes exigem soluções em várias *fronts*, com ações integradas e sensibilização dos agentes

que executam as ações nos órgãos públicos, já que a raiz do problema nasce na nossa cultura, que é o sistema mais difícil de mudar.

As mulheres são particularmente afetadas pela violência no campo, em função da sobreposição de condições de vulnerabilidade em que se encontram. As relações patriarcais e suas decorrentes barreiras para que as mulheres possam acessar posições de poder nas relações comunitárias e familiares, somadas à ausência de políticas públicas com enfoque de gênero que garantam o acesso das mulheres a bens e serviços essenciais para sua autonomia e reconhecimento são mecanismos que se refletem nos dados de violência contra as mulheres, sobrecarregadas no trabalho realizado e invisibilizadas institucionalmente. Além disso, a resistência das mulheres como ativistas e lideranças dos movimentos no campo enfrenta o avanço do capital sobre o campo, que expulsa e mesmo elimina as populações locais (Daron, 2009).

■ MULHERES EM CARGOS DE DIREÇÃO OU DE REPRESENTAÇÃO EM SUAS COMUNIDADES

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2012) apontou que, de 2002 a 2012, a porcentagem de homens sindicalizados reduziu de 22 % para 18 % e de mulheres aumentou de 14 % para 16%. Vale destacar que a sindicalização das mulheres rurais triplicou no mesmo período. Esse cenário estimulou a organização das mulheres em movimentos próprios, tais como o Movimento de Mulheres Camponesas, a Marcha das Margaridas e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Da mesma forma, elas estão conseguindo pressionar, a ponto de vários sindicatos já terem adotado cotas para mulheres em cargos de direção. Quanto à presença das mulheres na política eleitoral

local, nas câmaras de vereadores, nas eleições de 2016 foram eleitos 50 036 vereadores e apenas 7820 vereadoras, representando 86 % e 14% do total, respectivamente. Os espaços de poder e representação política são os mais resistentes ao avanço das mulheres.

MOVIMENTO ORGANIZADO DE MULHERES RURAIS E SUAS DEMANDAS

O primeiro Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais ocorreu no Brasil em 1986, um período importante que marca a intensificação da organização política das mulheres nas diferentes regiões do Brasil. Desde então, por meio da articulação em movimentos, sindicatos, associações, partidos políticos, bem como iniciativas de grupos e assessorias voltadas a apoiar organizações de trabalhadoras rurais, as mulheres têm fortalecido seus processos organizativos de luta por transformações sociais e garantia de direitos (Sales, 2007).

Desde o ano 2000, os diversos movimentos de mulheres do campo e da floresta têm se organizado em uma ampla ação estratégica nacional denominada de Marcha das Margaridas. Realizada em 2000, 2003, 2007, 2011 e 2015, a Marcha das Margaridas tem demonstrado grande capacidade de mobilização e organização e tem se consolidado como uma das principais ações do movimento de mulheres no Brasil. A Marcha é um espaço de formação, denúncia e pressão, bem como de proposição e demanda frente ao Estado pela garantia de políticas públicas (Observatório Da Marcha Das Margaridas, s.d).

Os eixos em torno dos quais se organiza a plataforma política da Marcha das Margaridas, desde 2011, são:

- biodiversidade e democratização dos recursos naturais;
- terra, água e agroecologia;
- soberania e segurança alimentar e nutricional;
- autonomia econômica, trabalho e renda;
- educação não sexista, sexualidade e violência;
- saúde e direitos reprodutivos; e
- democracia, poder e participação política.

A questão da violência contra as mulheres permanece como tema central da Marcha, que ocorre sempre em agosto para lembrar o mês em que Margarida Alves foi assassinada. A prevenção da violência contra as mulheres e a punição dos agressores está entre as demandas prioritárias na agenda do movimento no Brasil, um país que registra altos índices de violência

contra as mulheres. Inseridas nesse contexto, as lideranças de movimentos rurais tornam-se alvos de ameaças e outras formas de violência, como demonstra o caso de Dona Dora, líder rural sequestrada e assassinada no município de Iranduba, no Amazonas, em 2015, enquanto ocorria a Marcha rumo a Brasília (Biroli, 2015).



■ POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES, PARTICULARMENTE, PARA MULHERES RURAIS

No que se refere à prevenção e punição da violência contra as mulheres, conquistas significativas foram alcançadas no âmbito das políticas públicas, entre as quais é importante mencionar a adoção da Lei Maria da Penha, em 2006, e o reconhecimento legal do feminicídio como homicídio qualificado, sancionado pela presidenta Dilma Rousseff em março de 2015 (Biroli, 2015).

Com relação às políticas públicas específicas para mulheres rurais, pode-se destacar:

- Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR);
- Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR);
- Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres (ATER);
- Políticas de Acesso à Terra;
- Políticas de Articulação e Mobilização Territorial; e
- Parceria com os Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres.

Essas foram políticas estabelecidas entre 2003 e 2015, na Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). É importante destacar que a conjuntura política nacional passou por transformações significativas nos últimos anos, com impactos diretos sobre os organismos institucionais que tratam das questões rurais e das mulheres no país. Assim, em 2016, o MDA foi extinto por decreto presidencial e suas funções repassadas para o Ministério de Desenvolvimento Social.

■ CONCLUSÕES

O meio rural, no Brasil, assim como em outros países, é o local de maior resistência aos avanços da autonomia e dos direitos das mulheres. Um dos grandes entraves é o fato de que a propriedade

das terras está quase toda concentrada nas mãos dos homens, deixando a maioria das mulheres em situação de dependência econômica. A estratégia das mulheres rurais para ampliar seu espaço e autonomia neste contexto machista e conservador tem sido a educação, fato que se revela no maior nível de instrução das mulheres. Apesar disso, a renda média das mulheres é inferior àquela dos homens. Como resultado, percebe-se a migração destas mulheres para as áreas urbanas, a qual se reflete nos dados de população, com mais homens do que mulheres no campo, ao contrário do que ocorre nas grandes cidades. A invisibilidade do trabalho da mulher, tanto na casa, no cuidado dos filhos, quanto na agricultura familiar, ao desvalorizar sua força de trabalho, também estimula o desejo de abandonar o campo por parte das mais jovens.

A violência no meio rural brasileiro vem aumentando a cada ano, como o demonstra o número crescente de assassinatos de trabalhadores rurais. A violência doméstica também é mais dramática nas áreas rurais e tem crescido o número de assassinatos de mulheres. Os números da violência mostram que as mulheres negras sofrem muito mais violência e são as maiores vítimas do feminicídio. Nas áreas rurais as políticas públicas e programas de proteção governamentais ainda são muito escassos e de difícil acesso e, portanto, pouco eficientes.

Apesar das estatísticas ainda muito negativas, alguns avanços têm ocorrido, tal como a maior participação das mulheres nos sindicatos e movimentos sociais. Por outro lado, nas instâncias maiores do poder político, são poucas as representantes mulheres, indicando ser um espaço que necessita de muitas políticas públicas, no sentido de um maior equilíbrio nos poderes legislativo e executivo.

■ RECOMENDAÇÕES

● AO GOVERNO FEDERAL

- Inserir, nos currículos e conteúdos do ensino fundamental e médio, a transversalidade de gênero, buscando a mudança da cultura discriminatória existente.
- Capacitar os professores para essa inserção transversal.
- Estimular, através de políticas públicas, a visibilidade do trabalho feminino na casa e na agricultura familiar.
- Solicitar ao Ministério Público o acompanhamento do acesso das mulheres rurais aos órgãos policiais e de justiça nos casos de violência.
- Implementar e monitorar as políticas voltadas à ampliação do acesso à terra para as mulheres (reforma agrária, Programa Nacional de Crédito Fundiário, regularização fundiária).
- Promover ações institucionais transversais que garantam a articulação técnica e política necessária para a ampliação do acesso à terra como forma de fortalecimento da cidadania e autonomia econômica das mulheres.

● AOS GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

- Adotar medidas de prevenção e tratamento do alcoolismo para os homens das áreas rurais.
- Adoção de campanhas contra violência doméstica nas áreas rurais.
- Garantir a titularidade da terra de posseiros em nome das mulheres.

● AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

- Divulgar a real magnitude da violência de gênero, tanto no Brasil quanto no mundo, divulgando números atualizados e obtidos de fontes confiáveis.
- Informar sobre os serviços disponíveis, tais como delegacias da mulher, organizações não governamentais, defensoria pública, locais de atendimento multidisciplinar às vítimas de violência sexual, entre outros.
- Acompanhar e divulgar os projetos e propostas referentes aos direitos das mulheres nos âmbitos do legislativo, judiciário e executivo.

● A TODOS OS ESPAÇOS ACIMA MENCIONADOS

- Adotar campanhas de estímulo às candidaturas de mulheres ao legislativo e executivo.
- Adotar campanhas de conscientização da população sobre a importância de termos representação equilibrada entre os sexos nas instâncias de poder.

■ BIBLIOGRAFÍA

Biroli, F. (2015). O Feminismo como Projeto Transformador: as vozes das margaridas. *Revista Forum*. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2015/09/02/o-feminismo-como-projeto-transformador-as-vozes-das-margaridas/>.

Daron, V. (2009). Um Grito Lilás: cartografia da violência às mulheres do campo e da floresta. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2011). *Estatísticas do meio rural 2010-2011*. Disponível em: http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/707/Estatisticas_Meio_Rural_2011.pdf?sequence=3

Filipak, A. (2017) *Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos* (tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista, Marília, Brasil.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2006). *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Estatísticas de Gênero. Uma análise dos resultados do Censo 2010*. Disponível em: <https://www2.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Pesquisa Nacional por amostra de domicílios - PNAD. Síntese de Indicadores 2015*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2015*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>

Marcha Das Margaridas. (2011). *Educação não sexista, sexualidade e violência*. Disponível em: <https://marchadasmargaridas.wordpress.com/7-eixos/5-educacao-nao-sexista-sexualidade-e-violencia/>

Observatório Da Marcha Das Margaridas. (s.d.). *O que é a Marcha das Margaridas?* Disponível em: http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139.

Oxfam Brasil. (2016). *Terrenos da Desigualdade. Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural*. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural>

Pichler, W. A. (s.d.). *Crescente Presença de Mulheres em Sindicato: associativismo sindical no Rio Grande do Sul e Brasil*.

Sales, C. M. V. (2007). *Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos*. Estudos Feministas, 15(2), 437-443.

Zanatta, L. F., Grein, M. I., Álvarez-Dardet, A., Moraes, S. P., da Silva Brêtas, J. R., Ruiz-Cantero, M. T., Roses, M. (2016). Igualdade de Gênero: por que o Brasil vive retrocessos? *Cadernos de Saúde Pública*, 32(8), 1-4.



La serie **Informes/país** es una propuesta de la Iniciativa Basada en Compromisos (CBI) “Mujer rural y derecho a la tierra” de la Coalición Internacional por el Acceso a la Tierra (ILC) América Latina y el Caribe. Nuestro compromiso:

Igualdad en los derechos a la tierra para las mujeres

“Asegurar la justicia de género en relación con la tierra, tomando todas las medidas necesarias para lograr la igualdad tanto de jure como de facto, fortaleciendo la capacidad de las mujeres para defender sus derechos a la tierra y participar en pie de igualdad en la toma de decisiones, y asegurando que el control sobre la tierra y los beneficios derivados de ello sean equitativos entre mujeres y hombres, incluyendo el derecho a heredar y legar derechos de tenencia”



Mujer Rural y
Derecho a la Tierra
AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

INTERNATIONAL
LAND
COALITION | AMÉRICA
LATINA Y
EL CARIBE

